

ADAPTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EFETIVA

Rosimery Costa Oliveira¹

Cleide Alves de Almeida²

Cristiane Santos da Silva³

Valdineia Barreto Coelho⁴

RESUMO: A educação inclusiva pode ser mais que apenas reconhecer diferenças, esta pode ser um processo multiplicador de construção de saberes para formar cidadãos que possam interagir e participar de uma sociedade justa e democrática. Este estudo tem como problemática questionar estas temáticas que envolvem a inclusão, principalmente em relação ao professor e seus desafios. Igualmente é importante evidenciar que, currículos tradicionais e fragmentados não desenvolvem a inclusão e dificultam ainda mais o processo de aprendizado do aluno com necessidades educacionais especiais, pois currículos padronizados não proporcionam o desenvolvimento de habilidades e independência do aluno, não oportunizam um pensar em diferentes contextos, criando assim rótulos e a exclusão do aluno em ambiente escolar, tal como, relatar sobre a prática da adaptação curricular para a remoção das barreiras da aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, partindo da perspectiva da educação inclusiva.. Por meio de um levantamento bibliográfico, com artigos acadêmicos publicados sobre o assunto, delineou-se uma retrospectiva histórica pelo sistema de educação nacional, no que tangem os avanços e desafios de uma educação para todos.

1

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Currículo. Adaptação Curricular.

ABSTRACT: Inclusive education can be more than just recognizing differences, it can be a multiplying process of knowledge construction to form citizens who can interact and participate in a fair and democratic society. This study is problematic to question these themes that involve inclusion, especially in relation to the teacher and their challenges. It is equally important to highlight that traditional and fragmented curricula do not develop inclusion and make the learning process of students with special educational needs even more difficult, as standardized curricula do not provide the development of skills and student independence, do not provide opportunities for thinking in different contexts, thus creating labels and the exclusion of the student in the school environment, such as reporting on the practice of curricular adaptation to remove barriers to the learning of students with special educational needs, from the perspective of inclusive education. Through a survey bibliographical, with academic articles published on the subject, a historical retrospective of the national education system was outlined, regarding the advances and challenges of an education for all.

Keywords: Inclusive Education. Curriculum. Curriculum Adaptation.

¹Aluna de pós-graduação em educação na São Luis University e professora da Educação básica.

²Aluna de pós-graduação em educação na São Luis University e professora da Educação básica.

³Aluna de pós-graduação em educação na São Luis University e professora da Educação básica.

⁴Aluna de pós-graduação em educação na São Luis University e professora da Educação básica.

INTRODUÇÃO

A educação tem, nesse cenário, papel fundamental, sendo a escola o espaço no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania.

A inclusão educacional faz parte de um movimento maior, de repercussão mundial, denominado Inclusão Social, e tem como finalidade máxima garantir a equiparação de oportunidade para todos os indivíduos, inclusive para aqueles que, devido às condições econômicas, culturais, raciais, físicas ou intelectuais, foram excluídos ou colocados à margem da sociedade em geral.

Com o intuito de atingir tais finalidades, inclusive para uma melhor compreensão por parte do leitor, o presente artigo está estruturado em quatro tópicos. O primeiro tópico, pretende conceituar o significado de inclusão, tanto social quanto educacional, sendo este segundo, tem como finalidade defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, através de uma educação de qualidade, que foi talhada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características.

O segundo tópico tem por finalidade mostrar um breve histórico da Educação Inclusiva e seus processos de escolarização até os dias de hoje. A partir dessa caminhada é possível uma reflexão sobre a importância da educação escolar, as mudanças ocorridas na sua trajetória, bem como os fatores sociais que intervêm no processo educativo nos últimos tempos.

O terceiro tópico é dedicado a uma análise sobre a formação do professor tendo como referencial os pressupostos teóricos de alguns autores, demonstrando o papel do educador como transformador do seu aprender-ensinar e a importância do despertar a consciência por meio da pesquisa e do senso crítico, formando sua prática em educação permanente, em consonância ao currículo escolar.

No quarto tópico desse artigo são abordadas as adaptações curriculares voltadas para a Educação Inclusiva, tendo em vista, relatar a importância da mesma para a garantia de direito aos alunos considerados especiais, tal como, proporcionar uma educação para todos com a inserção da inclusão social e educacional.

I. INCLUSÃO SOCIAL E NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: BREVE CONCEITUAÇÃO

O presente tópico tem como objetivo fazer uma breve explanação sobre o conceito de inclusão, pretende distinguir os conceitos de integração e de inclusão, muitas vezes, usados intercaladamente, como se de sinônimos se tratassem.

A inclusão se caracteriza como uma ampliação do acesso à educação a grupos excluídos historicamente desse direito em função de classe social, gênero, etnia, faixa etária e deficiência, o que garantiria a democratização do ensino.

Ferreira (2005) afirma que inclusão educacional é um termo utilizado em referência a todas as pessoas que foram, de alguma forma, excluídas no e do contexto escolar, pois não encontraram oportunidades para participar de todas as atividades escolares, ou se evadiram, foram expulsos ou suspensos, ou não tiveram acesso à escolarização, permanecendo fora da escola.

Como alunos com necessidades educacionais especiais entende-se não só os alunos com deficiências, mas todos os alunos que apresentam necessidades especiais sejam estes de ordem social, econômica, política, cultural, que demandam mudanças e transformações no sistema educacional e, na escola como parte deste, de modo a garantir a aprendizagem.

3

Segundo Freire, 2008, a inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceites e respeitados naquilo que os diferencia dos outros.

Em consonância ao exposto, Montoan diz que:

A educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural, em escolas e salas de aula onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas. (Montoan, 2006).

Por isso, a inclusão é um movimento que busca repensar a escola para que passe de escola da discriminação para aberta a todos. Porém se reconhece que não basta simplesmente inserir fisicamente os alunos na escola, é necessário salas de aula adequadas, bibliotecas, banheiros e acessos inclusivos, necessita também de um Projeto Político Pedagógico formalizado e, principalmente, professores preparados, e alunos dispostos a conviver com essa nova realidade.

Segundo Silva e Panarotto (2014), a inclusão é um caminho longo, e somente terá resultado se todos conseguirem ver a pessoa com deficiência com os olhos de quem não vê a incapacidade, mas sim a possibilidade de ela estar junto de pessoas ditas típicas Para abraçar a

causa da inclusão diversas entidades e escolas implantaram programas de ações inclusivas, e assumiram o compromisso em atender as suas necessidades, por constatarem que todos integram uma sociedade que reproduz a exclusão dos que equivocadamente são considerados fora dos padrões exigidos por esta sociedade.

Atualmente, utiliza-se também o termo educação especial, o qual Rodrigues (2006) descreve como:

Aquela que faz parte da educação básica, sendo uma das responsabilidades da escola se organizar de forma que permita aos educandos a aprendizagem de conteúdos específicos de cada nível educativo. (Rodrigues, 2006).

Em consonância ao que se refere ao exposto anteriormente necessita de um novo plano de formação de docentes, no qual deve continuar respeitando a gestão interna de cada instituição escolar e como também deve-se propiciar um ambiente de sala de aula adequado e em relação ao processo de inclusão educativa e escolar deve requer procedimentos específicos para o desenvolvimento das atividades docentes de forma a oferecer a atenção pedagógica adequada às necessidades de cada aluno.

Para Guijarro (2005) a inclusão é um movimento amplo, diferente de integração que neste caso significa apoiar os alunos com deficiência na escola regular e na inclusão o foco é a transformação da educação comum para eliminar as barreiras que limitam o aprendizado e a participação destes alunos na escola.

4

A inclusão surge no Brasil em um contexto cultural e econômico, no qual a educação é para poucos, e a mão de obra necessária é braçal; e vem evoluindo, juntamente com as estruturas sociais, sofrendo modificações legais e socioculturais, até a real inclusão atual. Pretendeu-se, com esse capítulo apresentar a conceituação da inclusão no Brasil, através do estudo de aspectos educacionais e legais.

2. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para fortalecer a educação inclusiva, se faz necessário conhecer as legislações que normatizam sua efetivação. Isto não quer dizer que a inserção de todos nos diversos setores da sociedade seja prática corrente ou de uma realidade já dada. As políticas públicas de atenção a este segmento, geralmente, estão circunscritas ao tripé educação, saúde e assistência social, sendo que os demais aspectos costumam ser negligenciados. Os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) classifica e categoriza o aluno com necessidades especiais em diversos tipos de deficiência, no entanto não trata especificamente de outras subjetividades as quais os alunos também necessitam de um apoio e mediação de profissional capacitado para promover a inclusão e respeito a diversidade.

Sabemos que a lei é um instrumento importante na garantia da inclusão, pois busca equipar e superar dificuldades maiores que os demais alunos com a mesma idade, em virtude dessa singularidade, esses alunos precisam de estratégias pedagógicas e métodos próprios para sua aprendizagem. A proposta e metodologia de ensino tal qual descrita na letra da lei, sugere uma forma de educar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, com professores capacitados para atender as necessidades de todos os alunos, qualquer que seja o nível de educação.

De acordo com Alves, 2012, a partir da década de 1990, o sistema educacional brasileiro vem sofrendo modificações crescentes, com o intuito de oferecer uma Educação Inclusiva para todos os alunos, independentemente de sua condição social, econômica, cultural ou orgânica (deficiências, transtornos psiquiátricos e/ ou de comportamentos, altashabilidades e outros), visando seu desenvolvimento social, escolar, em classes comuns do ensino regular.

Na realidade atual, surgem muitos questionamentos sobre o papel da escola e qual o tipo de educação que queremos. A educação nunca teve tanta importância econômica como em nossos dias, tanto para a sociedade, como para o indivíduo.

5

É necessário compreender o peso decisivamente maior que hoje a informação, o conhecimento, a qualificação e a educação nas coordenadas da nova economia e da nova sociedade que, com suas luzes e suas sombras, já se tornam visíveis por toda a parte (Enguita, 2004).

Aqui se faz necessário acrescentar a importância da qualificação na educação, vista como uma ampliação de conhecimentos, com necessidades, novas possibilidades e criando novas certezas.

Ribeiro (2006), em *Movimentos históricos da escolarização*, apresenta uma exposição dos momentos históricos da escolarização, mostrando de forma dividida o Modo de Escolarização Feudal, o Modo de Escolarização Moderno e o Modo de Escolarização Contemporâneo, analisando a continuidade e a evolução da escola.

Desde sua promulgação, em 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vem redesenhando o sistema educacional brasileiro em todos os níveis: da creche, desde então incorporada aos sistemas de ensino, às universidades, além de todas as

outras modalidades de ensino, incluindo a educação especial, profissional, indígena, no campo e ensino a distância.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Resolução nº 2 (BRASIL- 2001), oficializou legalmente os termos Educação Inclusiva e necessidades especiais, na política brasileira. Podemos perceber, então, que a educação no Brasil ganhou novas concepções no que tange a uma escola aberta à diversidade.

A partir da criação das escolas especiais, os sujeitos que apresentavam alguma deficiência tiveram acesso ao ensino. Desse modo, a escola especial não pode ser considerada como segregadora, em suma, ela surgiu uma vez que o sistema escolar geral não era “capaz e não estava disposto” a se ocupar da educação dos “não educáveis”.

Conforme Beyer (2005), a educação especial foi guiada por dois campos paradigmáticos, um em que predomina o pensamento médico (clínico-terapêutico) e outro que afirma o resgate do pedagógico, com concepção da educação inclusiva.

3. O CURRÍCULO EDUCACIONAL

O momento atual reclama que os profissionais da educação sejam convidados a contribuir teórica, prática e eticamente nos espaços educacionais. Entretanto, há necessidade do profissional do ensino estar instrumentado a desenvolver a sua práxis em conformidade com as exigências sociais mais amplas.

Para Teixeira (2000), a construção do conhecimento e a educação são processos individuais, ou seja, deve-se respeitar o ritmo de aprendizado de cada educando. Esta concepção de ensino-aprendizagem vem ao encontro à política da Educação Inclusiva, a qual concebe que cada aluno tem seu tempo próprio e que atividades escolares devem ser desenvolvidas de forma que todos os alunos, inclusive os deficientes, possam participar e aprender. De acordo com Rodrigues,

O conceito de inclusão no âmbito específico da educação implica, antes de mais, rejeitar, por princípio, a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de educação inclusiva desenvolve políticas e culturas que valorizam a contribuição ativa de cada aluno para a formação de um conhecimento construído e partilhado – e, desta forma, atinge a qualidade acadêmica e sociocultural sem discriminação” (Rodrigues, 2006).

O Capítulo V da LDB/96 é dedicado à Educação Especial, de acordo com Morejón e Denari (2008), neste documento pode-se perceber as exigências para a elaboração de currículos, métodos, técnicas e materiais didáticos direcionados para o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais.

Carvalho chama atenção para o artigo 59, inciso I, onde refere-se a prática pedagógica:

É saudável que os currículos, métodos, técnicas e recursos educativos específicos sejam objeto da lei. Entretanto, é questionável pensar em um currículo especial, se for diferente do que é oferecido nas turmas do ensino regular. Os cuidados devem recair nas possibilidades de acesso ao currículo e não propriamente na elaboração de outra proposta (Carvalho, 2008).

A mesma lei estabelece que os currículos devem ter uma base nacional comum, em todas as modalidades de ensino, e este deve ser complementado de acordo com cada sistema de ensino e levando em consideração a parte diversificada e as características regionais e locais da sociedade, da economia, da cultura e dos alunos (Brasil, 2013).

Dessa forma, defende-se a necessidade de uma proposta educativa que possibilite que os educandos com deficiência tenham acesso ao currículo comum. Todavia, para que isso aconteça os professores precisam utilizar das adequações no currículo buscando atender as especificidades de todos os alunos.

As mudanças propostas pela Escola Inclusiva implicam um atendimento a uma população cada vez mais diversificada e heterogênea, em que todos devem obter uma resposta qualificada para as suas necessidades educativas, por meio das ressignificações curriculares ao Currículo formal apresentado no âmbito escolar. Desta maneira, as escolas devem incluir nos seus projetos educativos as ressignificações curriculares relativas ao processo de ensino e aprendizagem, necessárias para responder adequadamente aos sujeitos com deficiência, com vista a aperfeiçoar a sua participação nas atividades escolares (Cró, 2009).

Libâneo aborda a aprendizagem como processo muito além de interações sociais, defende um currículo “assentado na formação cultural e científica em interconexão com as práticas sociais”. Nesse sentido, não retira a necessidade de se levar em conta os aspectos históricos e sociais do sujeito, das suas práticas socioculturais, porém, ressalta que é por meio da conexão destes aspectos com os conhecimentos historicamente construídos pela humanidade que os sujeitos vão formando suas funções psicológicas superiores e desenvolvendo-se conforme exposto abaixo:

No entanto cingir a aprendizagem apenas à participação em interações sociais não é suficiente para essa interiorização, porque a aprendizagem envolve uma transformação interior, uma mudança qualitativa nos processos cognitivos, requerendo uma atividade psicológica interna. (Libâneo, 2014)

Nesse sentido, as adaptações e flexibilizações curriculares se constituem medidas importantes para o acesso à aprendizagem e ao conhecimento pelos alunos com necessidades educacionais especiais. Com isso, enfatiza-se a importância das relações do sujeito com o

contexto social e cultural em que vive como princípios do desenvolvimento das funções psicológicas, sintetizando: a aquisição do conhecimento se dá pela interação do sujeito com o meio. Dessa forma, o autor desmitifica a concepção de não aprendizagem por parte dos alunos que possuem algum tipo de deficiência, mas revela que somos resultado das oportunidades que tivemos ou da falta destas, ou seja, somos resultados do social.

5. ADAPTAÇÕES CURRICULARES VOLTADAS A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os alunos têm o direito de serem atendidos adequadamente dentro do ambiente escolar, isso é um direito garantido, assim a educação inclusiva direciona para a utilização das adequações curriculares como um instrumento que vai garantir que os alunos sejam atendidos respeitando suas diferenças no processo de ensino e aprendizagem.

Herdero (2010) concebe o termo adequação curricular como um instrumento que pode e deve tratar de avançar no desenvolvimento geral de cada pessoa, através de um conjunto de alterações que devem acontecer nos objetivos, nas estratégias metodológicas e no processo de avaliação. Ao pensar no ensino direcionado para a educação especial a adaptação do currículo precisa ser pensada no momento da elaboração do planejamento e na prática dos processos de escolarização do aluno com deficiência (Magalhães, 2012).

8

No entanto, não basta apenas o professor ter formação, faz-se necessário que a escola esteja disposta a vencer as barreiras impostas, por ela mesma, à educação inclusiva, haja vista que toda comunidade escolar deverá estar empenhada e aberta às mudanças que proporcionem o avanço no processo. A inclusão exige uma ruptura com o modelo tradicional de ensino, necessitando-se de uma transformação que coloque em destaque o aluno como sujeito do processo, percebendo-se que mesmo não possuindo deficiência aparente, tem seus limites.

A educação, orientada pela inclusão, é um instrumento eficaz na construção de uma sociedade que respeite as pessoas e suas diferenças, dando condições de uma educação capaz de atender às especificidades de cada indivíduo.

O objetivo das adaptações é proporcionar que todos os alunos tenham acesso aos conteúdos curriculares, dessa forma a maioria dessas ações são realizadas na sala de aula, necessitando da sensibilidade do professor para realizá-las. Essas modificações são consideradas de pequeno porte, onde o professor, no seu planejamento, buscará criar condições para a participação do aluno com deficiência durante a aula, favorecendo a interação deste aluno com

as pessoas com as quais convive no ambiente escolar e a participação durante as atividades disponíveis durante a aula (Brasil, 2000).

Dessa forma, as adaptações podem ser realizadas para a organização do espaço físico, na seleção dos conteúdos e objetivos, durante a escolha da avaliação, nos procedimentos didáticos, na preparação das atividades e na disponibilização do tempo de execução das atividades propostas.

Para estruturar as flexibilizações na escola inclusiva é preciso que se reflita sobre os possíveis ajustes relativos à organização didática. Qualquer adaptação não poderá constituir um plano paralelo, segregado ou excludente. As flexibilizações e/ou adequações da prática pedagógica deverão estar a serviço de uma única premissa: diferenciar os meios para igualar os direitos, principalmente o direito à participação, ao convívio.

Além disso, para que o projeto inclusivo seja colocado em ação, há necessidade de uma atitude positiva e disponibilidade do professor para que ele possa criar uma atmosfera acolhedora na classe. A sala de aula afirma ou nega o sucesso ou a eficácia da inclusão escolar, mas isso não quer dizer que a responsabilidade seja só do professor. O professor não pode estar sozinho, deverá ter uma rede de apoio, na escola e fora dela, para viabilizar o processo inclusivo.

A educação especial é um ensino universalizado, na qual o aluno é o sujeito de sua aprendizagem, assim é imprescindível a ressignificação das práticas pedagógicas como, em especial, o processo de adaptação curricular.

9

6. CONCLUSÃO

Embora a inclusão seja um direito garantido na lei a questão da acessibilidade e permanência do aluno com necessidades especiais em alguns lugares não tem acessibilidade nenhuma. Para que o trabalho seja desenvolvimento com êxito é necessário que uma gama de outros fatores sejam estabelecidos para que esse aluno seja, de fato, incluído ao meio em que ele vive, o professor também precisa estar cercado de outros profissionais para que de fato a inclusão aconteça, a criança deve fazer um acompanhamento com o profissional de sua deficiência para que haja um avanço naquele grau da sua deficiência

A educação inclusiva direcionada para os alunos público alvo da educação especial necessita de ações que busquem favorecer o acesso, a permanência e, principalmente, a aprendizagem desses alunos respeitando as suas singularidades. Portanto, para alcançar o objetivo de ensinar a todos, o professor precisará buscar diferentes maneiras de ensinar, e uma

ação que contribuirá para essa mudança de postura esta atrelada a formação inicial e continuada que deve buscar conscientizar esse profissional e capacitá-lo para sua prática pedagógica.

Trabalhar com adaptação é construir ações onde o professor irá flexibilizar o objetivo, as estratégias e as atividades direcionadas para os alunos com deficiência, essas ações não visam reduzir os conteúdos, mas busca ajustar de forma que atenda as condições de desenvolvimento para que todos os alunos participem e aprendam os mesmos conhecimentos.

Nesta perspectiva, o objetivo desse estudo foi buscar compreender o entendimento dos professores sobre esse instrumento e entender como estão organizando essa ação para atender as especificidades desses alunos. Dessa forma, esse estudo revela que os professores possuem apropriação sobre as concepções, mas estas não são suficientes para a aplicação coerente desse instrumento utilizando de forma superficial. Assim, esses profissionais precisam de maior aprofundamento não só teórico como, principalmente, prático sobre esse tema, pois as escolas precisam se tornar ambientes inclusivos.

Acredita-se que os estudos aqui realizados possam contribuir para a reflexão desse tema e que os professores possam ter acesso as informações construídas, assim terão estímulo para buscarem mudanças mais intensas dentro das escolas em relação a aprendizagem do aluno com deficiência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Amélia. (Orgs.). Dimensões pedagógicas nas práticas de inclusão escolar. Marília: ABPEE, v. 2, p. 491-507, 2012. Disponível em: . Acesso em: 11 out. 2013
- ALVES, I., K; **A Formação Docente no Contexto da Educação Inclusiva**. Porto Alegre. 2012
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais, v. 6: adaptações curriculares de pequeno porte. Brasília, DF, 2000
- BRASIL. **Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96**. Brasília, 1996. 8. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.
- BEYER, Hugo O. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, Claudio (Org.). **Inclusão e Escolarização**. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a organização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- CRÓ, M. D. L. Adaptações curriculares para alunos com necessidades educacionais especiais (NEE): formação no ensino superior. *Reflexão & Ação*, v. 17, n. 1, p. 140-163, 2009.

ENGUITA, M. F. **Educar em Tempos Incertos**. Porto Alegre, ArteMédicas. 2004.

FERREIRA, W.B. Educação inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos??? In: Inclusão. Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial. v. 1, n. 1 (out. 2005). Brasília: Secretaria de Educação 43 Especial, 2005. p. 40-46.

FREIRE, S. Um olhar sobre a inclusão, In: **Revista da Educação**, Vol. XVI, nº 1, 2008

FREITAS, L. C. de **Mudanças e inovações na educação**. 2. ed. São Paulo:EDICON, 2005 .

GUIJARRO, M. R. B. **Ensaio Pedagógico: construindo escolas inclusivas**. Brasília: Seesp, 2005.

HEREDERO, Eladio Sebastian. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. Acta Scientiarum Education, Maringá, v. 32, n. 2, p. 193- 208, 2010.

KASAR, Mc. M. Políticas Nacionais de Educação Inclusiva – discussão crítica da Resolução nº 02/2001. **Revista Ponto de Vista** , Florianópolis, n.3/4, p.013-025, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed.Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática e práticas de ensino e a abordagem da diversidade sociocultural na escola. Fortaleza: ENDIPE, 2014.

11

LUFT, C. P. **Minidicionário Luft**: São Paulo: Atica, 2002.

MANTOAN, M. T. E. Caminhos pedagógicos da Educação Inclusiva. In: GAIO, R; MENEGHETTI, R. G. K. (Org.). **Caminhos pedagógicos da educação especial**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente, na escola: inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo, 2006.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed,2003.

MOREJÓN, K.; DENARI, F. E. A educação Especial e a Inclusão: lutas, desafios e políticas públicas. 2008.

RIBEIRO, J. A. R. Momentos Históricos da Escolarização. In: BAPTISTA, C.(Org.).**Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

ROZEK, M. **Subjetividade, formação e educação especial:** histórias de vida de professoras. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós- Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Porto Alegre, 2010.

SILVA, J. P.; PANAROTTO, J. A inclusão no contexto atual. In: **XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, Resende – RJ, 2014.

TEIXEIRA, M. L. **Por uma escola inclusiva:** direitos, diversidade e igualdade. São Paulo, 2000.